



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2019 - MANDATO 2017 - 2021

--- Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dezanove, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 2.ª Secretária, Senhora Fernanda Fragoso Garnel. ----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

- 1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----
- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----
- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----
- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----
- 5. Fernanda Fragoso Garnel (CDU). -----
- 6. Fernanda Maria Coutinho Precatê Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----
- 7. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----
- 8. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----
- 9. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----
- 10. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----
- 11. Maria Filomena Lopes Rubio (PS). -----
- 12. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----
- 13. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----
- 14. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU).-----

--- Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----
- 2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----
- 3. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- Verificou-se a ausência do Senhor Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira e da Senhora Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes. -----

--- A Ordem do Dia foi a seguinte: -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Regulamento do Serviço de Águas Residuais Urbanas do Município de Alpiarça/Águas do Ribatejo. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Projeto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público**

Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta de Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Acordo de Pagamento com o Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta. -----

--- Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da Participação Variável no IRS - Ano de 2020 - Artigo 26.º da Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 7 - Apreciação e votação da Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor Percentual para o Ano 2020 - Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa de derrama do Ano 2019 - para Cobrança no Ano de 2020. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 9 - Apreciação e votação da Proposta - Taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para o Ano de 2019 a liquidar em 2020 - Artigo 112.º do Decreto – Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 - Câmara Municipal de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 11 - Apreciação e votação da Proposta para Abertura de Procedimento para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no valor de 750.000.00€ - Ano de 2020. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Ponto 12 - Apresentação, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para Deliberação. -----

--- Ponto 13 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Artigo 20.º do Regimento. Para Deliberação. -----

--- A sessão foi aberta pelo Senhor Presidente da Mesa eram vinte horas e cinquenta e quatro minutos, tendo sido solicitado ao Senhor Deputado Municipal João Osório que, como habitualmente, substituísse na Mesa a Senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa informou que da bancada da CDU, se encontrava ausente a Senhora Deputada Municipal Liliana dos Santos Carapinha, tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Félix Miranda e da bancada do Partido Socialista se encontrava ausente a Senhora Deputada Ana Rita Marques, que foi substituída pelo Senhor Deputado Municipal Rodolfo Manuel Machacaz Colhe.

--- Posteriormente, questionou se da parte do público, alguém se pretendia inscrever para intervir e não tendo havido inscrições deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por dizer que a Zona Industrial de Alpiarça estava sem desenvolvimento, que a Vala de Alpiarça estava desprezada, apesar de ter um grande potencial turístico e que na Albufeira dos Patudos os peixes continuavam a morrer, tendo apontado uma solução para ajudar a colmatar o problema. Questionou quais as medidas que estavam a ser tomadas para fixação de famílias em Alpiarça,

manifestou a opinião de que o PCP não pretendia o desenvolvimento de Alpiarça, para fins eleitorais e sobre o Conselho Municipal de Segurança questionou o executivo sobre se estavam a ser realizadas reuniões. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Graciete Brito felicitou três jovens Alpiarcenses, que pela sua atividade mereceram da parte da comunicação social alguma relevância e foram notícia, nomeadamente, a Dr.ª Paula Cravo que esteve num Programa da TVI a falar da sua área - a Pneumologia, a Filipa Palminha que embora não tenha nascido em Alpiarça fez desta quase a sua primeira terra e que lançou um livro sobre Migrantes, que escreveu a convite do Alto Comissariado para as Migrações, sendo um livro gratuito e que estava disponível online e o João Faria, um jovem investigador de 29 anos, que se notabilizou pelo seu grande contributo e destaque no domínio da astrofísica.-----

--- O Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu perguntou se já era possível saber qual era a poupança com iluminação LED, sobre o Mercado Municipal questionou o porquê da prorrogação das obras e quais as razões da empresa para solicitar tal prorrogação e sobre a Unidade de Cuidados Continuados, quis saber se a intenção de candidatura foi abandonada ou não, tendo-se referido ainda aos painéis publicitários existentes à entrada de Alpiarça, que tinham sido abandonados há anos e por isso, pretendia saber se iam ser retirados ou não. -----

--- A senhora Deputada Municipal Fernanda Cardigo manifestou satisfação pela proximidade da reabertura da Estação dos CTT em Alpiarça, disse que foi uma batalha ganha pelo executivo da Câmara e pelo povo de Alpiarça e congratulou-se também pelo facto de sempre ter recusado assumir compromissos nesse âmbito, pois quem o fez estaria arrependido. Manifestou que, ao contrário do que se dizia, as Autarquias de Alpiarça sempre se mostraram preocupadas com a qualidade dos serviços dos CTT e referiu diversas iniciativas que tinham sido feitas nesse sentido. --

--- A Senhora Deputada Municipal Anabela Costa disse que a Bancada da CDU se congratulava com mais uma edição da Arte Natal, realizada em Alpiarça na época Natalícia, dando especial atenção às crianças e aos usos e costumes da Vila de Alpiarça, passando pela gastronomia, espetáculos, música e até uma pista de gelo, iniciativa que considerava de grande bom gosto. De seguida, congratulou o Coro Polifónico de Alpiarça pelo espetáculo maravilhoso realizado no dia 15 Dezembro na Igreja Matriz de Alpiarça, que estava repleta de pessoas para assistirem ao concerto. -----

--- O Senhor Deputado Celestino Brasileiro falou sobre as Coletividades e Clubes da terra, nomeadamente do Clube Desportivo “Os Águias”, pelo seu 97.º aniversário e da SFA - Sociedade Filarmónica Alpiarcense, pelo seu 88.º aniversário, destacando as atividades que tais coletividades tinham vindo a desenvolver ao longo de todos aqueles anos, chamando a si jovens e menos jovens, e dando a oportunidade a alguns deles de poderem praticar desporto, que doutra forma não o conseguiriam, ou não poderiam estar ligados à cultura ou não poderiam participar num coro. Disse que a Coletividade Recreativa do Casalinho tinha recentemente apresentado um Rancho Folclórico, sendo que já existiam três Ranchos Folclóricos no Concelho e que todas as Associações/Coletividades tinham sido apoiadas pelo Município ao longo dos anos. -----

--- Sobre as atas de mandatos anteriores, recordou e leu alguns excertos de atas feitas na época do Partido Socialista, que não transcreviam o que era dito pela oposição e deu um exemplo pormenorizado de uma Ata do dia 30 de Abril de 2003, que nada esclarecia e de atas que tinham apenas quatro páginas, concluindo que tais atas em termos de português podiam estar muito bem escritas, mas não transcreviam aquilo que se passava nas assembleias. -----

--- O senhor Deputado Municipal João Osório, em nome da bancada da CDU, congratulou o 2.º Grande Trail de Alpiarça e a Secção de Trail do Clube Desportivo “Os Águias”, dizendo que era um trabalho voluntário, tendo sido realizado em 12 de Outubro de 2019. Referiu que o 1.º Grande Trail teve 430 participantes e o 2.º Grande Trail 600 participantes,

sendo que a secção tinha como objetivo ao realizar tais provas, juntar à prática desportiva o conhecimento do Concelho de Alpiarça, envolvendo para além do Município de Alpiarça e da Junta de Freguesia de Alpiarça, o comércio local, empresas nacionais, os bombeiros, a Fundação José Relvas, a Arpica e muito mais. -----

--- De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que começou por responder ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que o mesmo conhecia toda a situação financeira que o Município atravessava ou tinha atravessado, que condicionava a capacidade de realização de obras e o porquê de não ser possível realizar mais obras. Falou sobre a Vala de Alpiarça e disse que muito brevemente ia ser iniciado o processo de limpeza e recuperação de todo o troço referente ao território concelhio e sobre a Albufeira dos Patudos disse que o executivo ia avançar com candidaturas no âmbito do Património Natural e Cultural. -----

--- No que dizia respeito a medidas para fixar famílias, disse que tal assunto iria voltar a ser falado, quando se discutissem os impostos municipais, embora não estivesse provado que houvesse uma ligação direta entre o baixar dos impostos e o aumento da população, dando como exemplo o Município de Coruche, que baixou os impostos e perdeu população. Sobre as críticas ao PCP de que não queria o desenvolvimento do Concelho por fins eleitorais, disse que o PCP na Assembleia República, sempre tinha tomado medidas no sentido do desenvolvimento do país e sobre o Conselho Municipal de Segurança, disse que houve alterações ao nível da legislação e informou que o Conselho teria que ser recomposto, com a tomada de posse dos novos elementos. -----

--- Associou-se às congratulações da senhora Deputada Municipal Graciete Brito, em relação três Alpiarcenses que se tinham evidenciado nas suas áreas de trabalho e respondeu ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu sobre a iluminação LED, explicando que o processo ainda não estava concluído, pois as luminárias não estavam todas substituídas, como tal ainda não havia dados referentes à poupança. Sobre o Mercado Municipal disse que houve um pedido de prorrogação de prazo para a realização da obra, pela parte do Empreiteiro - Miraterra que alegou um conjunto de argumentos, que foram avaliados pelo Gabinete Técnico de Obras da Câmara Municipal e dessa análise surgiu a aprovação da prorrogação do prazo pelo período de 60 dias. -----

--- Sobre os painéis publicitários, disse que alguns foram substituídos até para divulgar os eventos da Câmara, mas era possível que um ou outro não tivesse sido substituído e sobre a reabertura dos CTT em Alpiarça, disse que foi um processo intenso de resistência, de luta e que não foi apenas exclusivo de Alpiarça, mas também de outras localidades e de outros Concelhos e em relação à Arte Natal, ao Concerto de Boas Festas do Coro e da atuação na Igreja, disse estar completamente de acordo com o que já ali tinha sido dito pelos senhores Deputados Municipais da CDU. -----

--- Na segunda volta interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que contestou a comparação feita pelo senhor Presidente entre o atraso nas obras do Mercado, com o atraso verificado nas obras da Praceta José Pinhão e em resposta, o senhor Presidente da Câmara referiu que não era apenas a Praceta José Pinhão, mas que tinha uma lista das obras que se atrasaram, muitas vezes no dobro do tempo. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia.-----

--- **PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento**-----

--- O senhor Presidente fez a apresentação, começando por referir-se às reuniões que se realizaram com a EDP - Distribuição e com a Direção Geral de Energia e Geologia, com o objetivo de ultrapassar o problema já crónico das

quebras de energia e constante interrupção do fornecimento de eletricidade, afetando toda a população e sobretudo as empresas instaladas na Zona Industrial de Alpiarça. Sobre a necessidade de se investir na instalação duma nova subestação, explicou que na reunião com a Direção Geral de Energia, ficou a saber que já tinha sido emitido um parecer favorável para a construção da mesma, faltando a decisão final da Assembleia da República. -----

--- Deu nota da inauguração da Quinta da Atela, que se realizou em Outubro, com nova gerência e com um conjunto de perspectivas de investimento na produção agrícola, pecuária, vinhos, no desenvolvimento do enoturismo e de eventos e deu também nota dos aniversários do Clube Desportivo “Os Águias”, da SFA, referindo-se igualmente à Arte Natal. ---

--- Referiu a presença do Município em Champigny-sur-Marne, por convite do respetivo Maire para a inauguração da Casa de Portugal, viagem que contou com a participação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça e falou, também, da presença do Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios, que se realizou em Vila Real, tendo concluído a intervenção com uma referência à apresentação dum novo livro na Casa dos Patudos, do alpiarcense Carlos Céu e Silva, sobre a figura de Carlos Relvas, intitulado “Os Filhos da República”. -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata referiu-se às pinturas das passadeiras para peões nas vias públicas, dizendo que em muitos casos não tinham a correspondente sinalização vertical, o que constituía um perigo, ao que o senhor Presidente respondeu que, junto com o respetivo Vereador, iriam verificar essa situação e procurar resolver. ----

--- **PONTO 2 - Apreciação e votação da Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Regulamento do Serviço de Águas Residuais Urbanas-. Município de Alpiarça/Águas do Ribatejo. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente fez a apresentação do ponto, informando que o mesmo tinha sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. Explicou que eram duas propostas de Regulamento: o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e o Regulamento do Serviço de Águas Residuais Urbanas, que sofreram vários trâmites e que tinham a ver sobretudo com as novas normas e com a nova legislação.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para falar no parecer da Entidade Reguladora, que em relação a alguns artigos considerou que aquilo era uma listagem de deveres, obrigações dos consumidores e que tal parecer pedia para serem corrigidos alguns artigos. Depois, interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para dizer que a sua intervenção não tinha exatamente a ver com o Regulamento das Águas do Ribatejo, no entanto entendia que devia referir que a rede de abastecimento de Alpiarça necessitava de grandes reparações. -----

--- O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas sobre a ERSAR e sobre as Águas do Ribatejo, dizendo que aquela entidade, com a responsabilidade que tinha dava os seus pareceres e depois as entidades procuravam seguir, como tinha sido o caso. Mais disse que, de facto a rede de águas em Alpiarça já tinha muitos anos e como tal, apresentava os problemas naturais da idade. -----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

--- **PONTO 3 - Apreciação e votação da Proposta – Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos no Espaço Público Relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infra-Estruturas no Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto e disse que tal proposta também tinha sido aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, tratando-se de procurar dotar o Município com um regulamento atualizado e enquadrado na legislação mais recente de forma a disciplinar a utilização do espaço público. -----

--- Interveio o Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, fazendo uma referência ao artigo 30.º do Regulamento sobre a proteção para os peões. -----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.-----

--- **PONTO 4 - Apreciação e votação da Proposta – Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.-**

--- O senhor Presidente da Câmara informou que a Proposta foi também aprovada por unanimidade na Câmara Municipal e tratava de compilar e regularizar regulamentos vigentes, que foram aprovados em 2013 e tendo havido alterações legislativas o novo regulamento procurava ter essas alterações em conta. -----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

--- **PONTO 5 - Apreciação e votação da Proposta – Jacinto Martins Nunes - Acordo de Pagamento Município de Alpiarça. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----**

--- O senhor Vereador João Pedro, por solicitação do senhor Presidente, fez a apresentação do ponto e disse que a proposta foi submetida à Câmara Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. Nesse sentido, ia à Assembleia Municipal porque o Regulamento de Taxas e Licenças só previa pagamentos em prestações até seis meses, sendo que a partir daí era competência da Assembleia Municipal, já que no caso em concreto, havia uma solicitação por parte do requerente no sentido de fazer os pagamentos em dívida no valor de 13.417.40€, num período de 120 meses a partir de janeiro de 2020, tendo alegado dificuldades económicas.-----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu a palavra para dizer que, embora pudesse reconhecer a existências de dificuldades económicas em muitos comerciantes, e como tal fosse votar a favor, parecia-lhe que o prazo solicitado era excessivo, uma vez que se desconhecia se daqui a dez anos aquela bomba de gasolina ainda existiria. Acrescentou que, do seu ponto de vista a mesma estava mal situada, pois estava dentro da Vila e, eventualmente, até fora daquilo que era previsto na lei para instalações daquele tipo. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos respondeu dizendo que, de facto, era um prazo bastante alargado, mas considerando as condições que foram propostas à Câmara Municipal e a própria vontade do proponente em resolver a situação, a questão da bomba de gasolina existir ou deixar de existir, não tinha a ver com a responsabilidade pessoal pela dívida, pois a atividade podia fechar e a responsabilidade manter-se exatamente igual, ou seja, a questão não se relacionava com o funcionamento do posto de combustível, mas antes e também com uma grande dificuldade em conseguir renovar o Alvará, bem como um conjunto de outros fatores, pelo que a Câmara entendeu por bem aceitar a proposta do requerente e apresentá-la à Assembleia. -----

--- Posto à votação, o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

--- **PONTO 6 - Apreciação e votação da Proposta - Percentagem da Participação Variável no IRS - Ano de 2020 - Artigo 26º da Lei das Fianças Locais - Lei 73/2013, de 03 de Setembro, na Redação Atualizada. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta:-----**

--- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, comunicando que o mesmo foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal e apontava exatamente para a participação nos 5% do IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no Concelho de Alpiarça, dizendo para o efeito que tinha sido essa a prática do Município e estava também de acordo com a informação e proposta dos serviços. -----

--- O ponto foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor (8 da CDU e 7 do PS) e 1 voto contra (MUDA). -----

--- O senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votei contra esta proposta da Câmara porque a não aplicação do valor máximo da percentagem de participação no IRS seria um sinal que Alpiarça está interessada na fixação de novas famílias.”*-----

--- **PONTO 7 - Apreciação e votação da Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) - Valor Percentual para o Ano 2020 - Lei Número 5/2004, de 10 de Fevereiro, na Redação Atualizada - Lei das Comunicações Eletrónicas. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, dizendo que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara e como tal, propunha a cobrança de uma taxa de 0,25% por cada fatura às empresas que operassem na área das comunicações eletrónicas no Concelho, sendo que tal valor era o aplicado desde sempre e ia ao encontro da proposta de avaliação dos Serviços do Município.-----

--- Usando da palavra, a senhora Deputada Municipal Graciete Brito questionou o executivo, se sabia se era aquele o valor que era aplicado nos outros Municípios, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu, dizendo que aquele era o valor máximo e que não tinha noção clara, mas arriscava a dizer que a esmagadora maioria dos Municípios aplicava aquela taxa às empresas, tendo em conta que utilizavam o espaço público.-----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.-----

--- **PONTO 8 - Apreciação e votação da Proposta - Taxa de derrama do Ano 2019 - para Cobrança no Ano de 2020. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto e disse que a proposta era idêntica à aprovada nos anos anteriores.-----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade.-----

--- **PONTO 9 - Apreciação e votação da Proposta - Taxas de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) para o Ano de 2019 a liquidar em 2020 - Artigo 112.º do DL 287/2003, de 12 de Novembro, na Redação Atualizada. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto, dizendo para o efeito que a Proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara, com uma declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista. Explicou que a mesma apontava para o decréscimo de uma centésima, de 0,41% para 0,40% relativamente aos prédios urbanos, sendo que os prédios rústicos mantinham os 0,8% como sempre e disse, também, que relativamente aos prédios urbanos a taxa que o executivo definiu não estava de acordo com a informação técnica dos serviços, uma vez que, esta apontava para os 0,45% .-----

--- O ponto foi aprovado por maioria com 15 votos a favor (8 CDU e 7 PS) e 1 voto contra (MUDA).-----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: *“Voto contra a taxa de IMI proposta pelo executivo Camarário porque só a taxa mínima poderia incentivar a construção neste Concelho e só a taxa mínima corrigiria o esforço que foi imposto aos proprietários com os valores anteriores do ano passado. A taxa mínima permitiria implementar uma significativa diferença entre os imóveis bem conservados em relação aos imóveis em degradação que acabarão por ruir.”*-----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Luís Rosa Céu: *“Nós votamos favoravelmente mas a nossa declaração de voto vai no sentido de recuperarem em toda a sua extensão a declaração de voto apresentada pelos Vereadores representantes do PS em reunião de Câmara”*.-----

--- PONTO 10 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 - Câmara Municipal de Alpiarça. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta. -----

--- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, para fazer uma breve introdução à apresentação da proposta e documentação anexa, dizendo que considerava o orçamento equilibrado, a exemplo de anos anteriores, com taxas de execução elevada, e que continuava a apostar na resolução dos problemas sociais e no associativismo, referiu que era o primeiro orçamento que se fazia sem que o Município estivesse na situação de excesso de endividamento. Em termos de obras, entre outras, realçou o maior investimento alguma vez feito em Alpiarça não área da Educação e também um facto inovador que era a vontade de se realizarem festivais gastronómicos. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos disse que, no essencial, já se encontrava referenciado o principal daquele orçamento, salientando contudo que existia um conjunto de investimentos em relação aos quais já tinham sido apresentadas as respetivas candidaturas e outras estavam já em fase adiantada, pelo que fazia questão de referir o empenhamento dos funcionários do Município na elaboração das mesmas. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu apresentou algumas considerações, começando por dizer que o documento responsabilizava quem o apresentava, mas considerava que afetar menos de 50% de investimento relativamente às grandes opções do plano era pouco e de seguida, questionou sobre quais os edifícios em concreto que iam ser beneficiados com a melhoria da sua iluminação e relativamente às verbas destinadas à conservação de imóveis, pretendia saber quais os legados que iam ser abrangidos. Relativamente às despesas de capital, salientou que as aquisições tinham uma verba atribuída de cerca de um milhão e duzentos mil euros, que significava menos de 13% da totalidade da despesa e sobre a Agro-Alpiarça, destacou que as vendas apenas cobriam 85% da despesa, pretendendo também saber quantos funcionários existiam no quadro da mesma e qual o montante da dívida à Câmara e em que rubrica aparecia inscrito. -----

--- A senhora Deputa Municipal da Graciete Brito pediu a palavra e disse que o plano referia a promoção de investimento produtivo, mas não era dito como o pretendiam fazer, dizia que um dos objetivos era potenciar o acesso ao quadro comunitário, mas não dizia como nem com que projetos e frisou que o executivo falava na aposta da manutenção do parque escolar e da remoção de todo o amianto existente, pelo que gostava de saber se quando fosse feita a intervenção no telhado do Jardim de Infância, se iria haver deslocação daquelas crianças para outro lado, devido à sua tenra idade e vulnerabilidade. Quanto ao festival gastronómico, disse que havia a intenção de realizá-lo, mas não diziam como e até parecia que estavam a esconder alguma coisa e sobre a iluminação de Natal, manifestou que a achava muito pobre, comparando com localidades vizinhas, alertando ainda para a frase do cartaz colocado na entrada da vila, que devia dizer Município de Alpiarça e não Câmara de Alpiarça. -----

--- A senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio, disse que também existia informação das áreas em que se pretendia intervir, mas não existiam esclarecimentos sobre as estratégias que iam ser adotadas e depois colocou algumas questões sobre o protocolo com clínicas veterinárias, para a esterilização dos animais do canil, pretendendo saber também se não haviam animais errantes e porque é que a Câmara não tinha apresentado candidatura para a esterilização de tais animais ou se ainda o pretendia fazer. Por outro lado, em relação ao parque ecológico dos Patudos disse que gostaria de saber mais sobre a implantação de tal projeto, tendo por fim falado sobre o Dia Internacional do Livro (23 de Abril) e da comemoração do mesmo em todas as onze bibliotecas da CIM, onde iriam ser entregues

prémios, junto com uma exposição, embora nada tenha visto escrito sobre tal projeto. -----

--- O senhor Presidente da Câmara, em resposta referiu que o telhado do Jardim de Infância continha amianto e a Câmara tencionava retirar todo o amianto, incluindo esse e lembrou que o problema do amianto já era antigo, pelo que não se entendia a exigência que se estava agora a fazer ao executivo que estava há 12 anos na Câmara, pois dantes nada tinham feito e agora queriam que fosse tudo resolvido de imediato. Contestou algumas críticas que foram feitas, dizendo que havia aspetos que deviam ser discutidos pela Câmara Municipal e não pela Assembleia, embora não visse nenhum problema em dar conhecimento à Assembleia dessas decisões, mas entendia que aquele não era o momento. -----

--- Para completar a sua intervenção, frisou que se algum executivo tinha feito remoções de amianto, era o atual quando melhorou a cobertura do telheiro daquela escola, tal como agora iria retirar o restante. Sobre o festival gastronómico, explicou que a ideia era promover aqueles pratos que eram identificados como alpiarçenses, embora alguns deles também fossem confeccionados noutros lugares, juntamente com a doçaria e os vinhos de Alpiarça e sobre a iluminação de Natal, lembrou que houve um tempo em que gastar dinheiro nessa área era considerado como um desperdício, porque havia crise e não era moralmente nem politicamente aceitável esse tipo de despesas e até a própria Igreja agiu em conformidade, mas agora estava a voltar a ser moda e por isso, iria procurar que em Alpiarça fosse acompanhada essa tendência, melhorando esse aspeto dentro das possibilidades e com razoabilidade. -----

--- O senhor Vereador João Pedro Arraiolos também respondeu a algumas questões, reforçando que o orçamento era aquele que era possível fazer e exequível, mas que para além de realista, tinha um conjunto de investimentos que queriam realizar, com grande importância para o Município. Especificou que dantes as despesas de hardware e software estavam divididas por diversas rubricas, mas agora estavam concentradas numa só e quanto às obras dos legados, tinham a ver com os imóveis da Avenida de Berna, da Avenida Tomás da Anunciação, mas sobretudo com o prédio da Amadora, com a cobertura e a casa do elevador. -----

--- Sobre as vendas da Agro-Alpiarça cobrirem apenas 85% das despesas, disse que era verdade, mas no ano anterior só cobriam 66% e caso se andasse para trás, os valores ainda eram menores, mas felizmente a Agro-Alpiarça tinha evoluído nos últimos anos e há cerca de dois anos atingiu capitais próprios positivos, ou seja, estava a verificar-se um percurso de recuperação da empresa, que tinha apenas seis funcionários do quadro, sendo os restantes trabalhadores eventuais consoante o trabalho existente. Explicou que as ações para captar investimento, eram as ações do dia-a-dia, que tinham que fazer sempre, como promover o Município, dar boa imagem do Município para fora, fazer a regeneração urbana, como estava a ser feita, com o exemplo das obras no Mercado e no Jardim Municipal, que passou para o dobro do espaço que já tinha e de uma zona degradada para ser uma zona nobre, com uma nova centralidade.--

--- Sobre as bibliotecas escolares, esclareceu que no documento existiam várias referências, por exemplo na página 27 das GOP e sobre a esterilização dos animais errantes, admitiu que tinham existido dificuldades para se concretizar esse protocolo, mas que ainda se tencionava apresentar essa candidatura. -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, ainda quis ver esclarecidas duas questões: quais eram os legados abrangidos pelas obras e qual o montante atual da dívida da Agro-Alpiarça à Câmara de Alpiarça, e em que rubrica estava inscrita e a senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio esclareceu que o Projeto a que se referiu, “Marcas da História”, não estava incluído no documento, nada era dito sobre o mesmo e que tinha sido pedido para serem dados prémios em cada concelho, por escalões, bem como realizada a exposição, que também envolveu algum

investimento e por isso, parecia-lhe uma falha. -----

--- Em resposta o senhor Presidente da Câmara disse que Alpiarça iria participar no referido projeto, conforme estava estabelecido, mas de momento não sabia dar mais pormenores. Sobre a dívida à Câmara da Agro-Alpiarça disse dever rondar cerca de 400.000 euros. -----

--- O ponto foi aprovado por maioria com 8 votos a favor da CDU e 8 abstenções (7 do PS e 1 do MUDA). -----

--- O senhor Deputado Municipal Abel Pedro apresentou declaração de voto: *“É um documento importantíssimo e penso que é unânime que tivemos pouco tempo para efetivamente nos podermos debruçar sobre ele e ao contrário daquilo que eventualmente se pode pensar, quando nos debruçamos sobre este documento, é uma tentativa de melhorar, uma tentativa de dar algumas ajudas, para que possa ser concretizado. Eu vinha com uma ideia, obviamente e como disse no início da intervenção é um documento importante sabendo de ante mão, que é sempre aprovado aqui nesta Assembleia, mas depois de ouvir quer as explicações do Sr. Vereador, quer as explicações do Sr. Presidente, algumas delas deixaram-me ainda com mais dúvidas. Vou ter que voltar a ler o documento todo com calma, porque efetivamente pareceu-me que aquilo que a minha colega de bancada Dr.ª Graciete disse, quando se faz um documento destes deve ser coerente e deve haver justificações para isso, e espero agora que a exemplo do que foi feito no início desta Assembleia por um deputado da Bancada da CDU, que foi buscar as atas anteriores também possam ir buscar os Orçamentos e as Grandes Opções do Plano que foram feitas nos últimos anos pelo Partido Socialista.”* -----

--- O senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu apresentou declaração de voto: *“Como disse no início das questões, apresentar um Orçamento é uma opção de um executivo e como tal quem está na oposição respeita essa matéria e essa liberdade de optar por uma determinada filosofia, quem está na oposição tem o papel de refletir argumentações e de perspetivas desejavelmente diferentes, quando não concorda com o caminho traçado. Relativamente a este Orçamento constato a dificuldade em dar respostas concretas e exatas a perguntas muito sintéticas e muito concretas, e esse é um aspeto negativo em termos de apreciação do documento que se apresenta e que deve ser um documento completamente dominado em toda a extensão da informação disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal. Por outro lado eu acho que o documento que é aqui apresentado é um documento que fica aquém das expectativas em termos daquilo que qualifica o futuro, que é a opção de investimento, as verbas destinadas a investimento em concreto na qualificação do futuro são diminutas, e portanto há um sacrifício evidente do futuro, por outro lado é um documento sem estratégia, sem sentido estratégico, e como tal penalizador das opções tão desejáveis que aconteçam, nesse sentido ponderando a primeira opção que é a da liberdade de quem tem o poder para decidir como decide e a liberdade de quem está na oposição de tecer as críticas, o meu resultado aponta para uma votação de abstenção.”* -----

--- Às 00h00 foi aprovada por unanimidade a continuação dos trabalhos para além da meia noite. -----

--- **PONTO 11 - Apreciação e votação da Proposta para Abertura de Procedimento para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no valor de 750.000,00€ - Ano de 2020. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da proposta.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vereador João Pedro Arraiolos para apresentação do ponto e o mesmo começou por referir que a proposta também era da Câmara Municipal e tratava-se duma proposta de abertura de procedimento para contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de 750.000.00€ para o ano de

2020, cuja contratação estava prevista na lei, tendo como intuito ultrapassar dificuldades de tesouraria e aquela proposta era para a contratação de um empréstimo de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020. Explicou que aquele era um instrumento ao qual o executivo tinha recorrido nos últimos anos, embora nos últimos dois anos se tivesse vindo a diminuir o valor necessário, como no caso do empréstimo em curso, que tinha um valor de 850.000 mil euros e não se ultrapassou a necessidade dos 675.000 mil euros. -----

--- Afirmou que o executivo iria liquidar uma boa parte do anterior empréstimo a curto prazo, pelo que propunha à Assembleia Municipal a contratação de tal financiamento junto da Caixa Geral Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, no caso com juros a 0,49% acrescidos da componente variável Euribor a doze meses.-

--- O ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria, com 12 votos a favor (8 da CDU e 4 do PS) e 4 abstenções (3 do PS e 1 do MUDA). -----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *"Eu votei favoravelmente este ponto, porque entendo que esta linha de apoio financeiro às autarquias é um dos instrumentos colocados à sua disposição para exercer uma opção, uma tarefa e uma atribuição que deve ser entendida como normal, que é de uma correta e sã gestão financeira, e portanto a recorrência a empréstimos para resolver pontualmente problemas de tesouraria é perfeitamente admissível em termos de gestão normal corrente e são desejáveis, nesse sentido eu votei favoravelmente."*-----

--- **PONTO 12 - Apresentação, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça. Para Deliberação:**-----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou e colocou à discussão e votação a Proposta de ata da Assembleia Municipal da sessão realizada no dia 13 de Setembro de 2018.-----

--- Neste ponto interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para fazer reparos à redação da ata, ao português utilizado e ao entendimento de algumas frases e fez algumas sugestões para melhorar a ata e a senhora Deputada Municipal Graciete Brito interveio no mesmo sentido que seu colega de bancada, tendo acentuado a questão do excesso de vírgulas, pelo que assim não aprovaria a ata. -----

--- A senhora Deputada Municipal Ana Margarida Céu fez um reparo a uma parte da ata que dizia que ela tinha faltado, quando na realidade pediu a sua substituição, logo a ausência era justificada. -----

--- A senhora Deputada Municipal Anabela Costa disse que também achava que as atas deviam ser melhoradas, contudo não entendia parte das críticas que estavam a ser feitas, nem a intenção que estava subjacente e até parecia que certas pessoas, através das atas, queriam dizer coisas que efetivamente não disseram. -----

--- Na segunda ronda de questões intervieram o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro e a senhora Graciete Brito, mas o senhor Presidente da Assembleia disse que considerava que a ata estava suficientemente bem escrita e retratava aquilo que se tinha passado na Assembleia, pelo que colocou o ponto à votação. -----

--- O ponto foi aprovado por maioria com 8 votos a favor da CDU, 3 abstenções (2 do PS e 1 do MUDA) e 3 votos contra do PS. -----

--- Foi apresentada declaração de voto pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito: *"O meu voto relativamente a esta ata tem como fundamento a forma como está redigida, forma essa que dificulta a compreensão do respetivo conteúdo."*-----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *"A votação desta ata ou*

a votação favorável à aprovação desta ata reflete uma manifestação que é complicada em termos apreciativos e que faz lembrar manifestações em que, pelo cansaço se tentava passar verdades. Essa nunca foi uma solução vitoriosa e nunca será em termos de construção do futuro e a ata que acabámos de votar favoravelmente, os que exerceram esse voto, ofende profundamente o exercício responsável do poder local que é um exercício que deve ser ditado pela exigência, pelo rigor e pela qualidade interpretativa e executiva em termos de memória futura e eu não podia deixar de modo algum, que o meu nome ficasse associado a uma enormidade em termos de apreciação que reflete um completo desrespeito pelo que se passa no exercício de uma Assembleia Municipal.” -----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: "*Abstive-me na votação da ata porque, passados mais de um ano sobre a data da realização da correspondente Assembleia, não estou em condições de, recorrendo quase exclusivamente à minha memória, decidir se o descrito corresponde realmente ao que se passou. É importante reduzir este intervalo de tempo entre as Assembleias e a submissão para aprovação da correspondente ata, pelo que se deveria, em cada Assembleia, trazer para aprovação uma ata antiga e a da última Assembleia.*" -----

--- **PONTO 13 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. Para Deliberação**-----

--- **Voto de pesar da CDU apresentado pelo senhor Deputado Municipal Júlio Pratas:** -----

--- **JOSÉ MÁRIO BRANCO** -----

--- *José Mário Branco faleceu no passado dia 19 de Novembro, tinha 77 anos e vivia em Lisboa. Nascido no Porto em Maio de 1942, é considerado um dos mais importantes autores e renovadores da música portuguesa, a partir de finais dos anos 60, quando estava exilado em Paris. Saiu de Portugal em 1963, perseguido pela PIDE e em 1971 cria “Mudam-se os tempos mudam-se as vontades”, próprio de alguém que acredita que cantar é uma forma de resistência e torna-se uma referência da música portuguesa, comprometida com os ideais da liberdade, denominador comum a muitos outros anti-fascistas tais como Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Fausto, Adriano Correia de Oliveira, etc. No dia em que chegou a Portugal, vindo do exílio, reuniu-se com José Jorge Letria, Sérgio Godinho e Carlos Paredes e fez uma declaração política e cultural, explicando o que era necessário aos cantores de intervenção para prosseguir a concretização da liberdade e da democracia. Integrou o Grupo “A Comuna” e o GAC – Grupo de Ação Cultural – dinamizando centenas de sessões de canto por todo o país. Surge nos últimos anos com um novo interesse pelo fado, onde colabora com Carlos do Carmo, Camané e Kátia Guerreiro. Homem coerente de preocupação constante do ponto de vista sócio político, como referia na canção “Afinal o mundo continua a ser só inquietação”. A Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em sessão ordinária no dia 20 de Dezembro de 2019, prestando-lhe justa homenagem, manifesta o mais sentido pesar pelo seu desaparecimento.* -----

--- **Moção da CDU apresentada pelo senhor Deputado Municipal Júlio Pratas:** -----

--- **CÂMARA DE SANTA COMBA DÃO – MUSEU SALAZAR** -----

--- *A Câmara Municipal de Santa Comba Dão, de maioria Socialista, pretende, pretendeu e certamente vai continuar a pretender implementar a criação do Museu Salazar naquela localidade, ou como eufemisticamente denomina como um “Centro de Interpretação do Estado Novo”. Este projeto, embora mascarado por supostos interesses académicos, não é mais do que uma nova investida para criar um mausoléu ao ditador. Alpiarça é um Concelho de liberdade, que honra os valores de Abril e igualmente a memória daqueles que se opuseram tenazmente ao regime fascista, sofrendo*

por isso muitos dos seus naturais a perseguição, prisão, tortura e morte. Neste sentido, a criação do referido museu, com esta ou outra denominação, não pode deixar indiferente a Assembleia Municipal de Alpiarça, que repudia firmemente a intenção do Município de Santa Comba Dão. -----

--- **Voto de pesar da CDU apresentado pelo senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro.** -----

--- **FALECIMENTO DE ANTÓNIO CHAMUSCA FAUSTINO** -----

António Chamusca Faustino nasceu em Alpiarça no dia 4 de Abril de 1931. Ingressou nos Bombeiros Municipais de Alpiarça a 29 de Julho de 1954, como aspirante. Em 1957 passou a Bombeiro de 3.ª e em 1958 a Bombeiro de 2ª. Em 1977 passou a Sub-chefe e subiu ao posto de Chefe em 1980. Era o Bombeiro mais antigo da Corporação e foi o único Bombeiro a fazer 50 anos de serviço no ativo. António Chamusca, como era conhecido, passou a ingressar o Quadro de Honra no dia 7 de Março de 2005, com o posto de Bombeiro-Chefe. Recebeu o Crachá de Ouro em Janeiro de 2006.

Faleceu no dia 5 de Dezembro de 2019, com 88 anos. A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 20 de Dezembro de 2019, prestando-lhe justa homenagem pelos serviços prestados em prol do Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça e da população, manifesta o mais sentido pesar pelo seu falecimento e endereça aos seus familiares, as mais sentidas condolências. -----

--- Os votos de pesar e a moção foram postos à discussão. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que sobre o voto de pesar a José Mário Branco disse que iria votar a favor, mas punha à consideração do proponente o seguinte: substituir no segundo parágrafo a frase “*a partir de finais dos anos 60, qualidade que atravessou toda a sua carreira artística*”. Sobre o voto de pesar ao chefe António Chamusca, dava o seu total apoio com aplauso, mas sobre a moção à Câmara de Santa Comba Dão, referiu que os países se engrandeciam quando assumiam a sua história na globalidade e que a Câmara de Santa Comba pretendia criar um Centro de Interpretação do Estado Novo, e merecia um crédito naquilo que dizia, pois era bom que as novas gerações pudessem interpretar o que foi o Estado Novo, verificando os aspetos negativos, mas também aspetos positivos, como o lançamento da campanha do trigo, pelo que dizer que o que se estava a criar era um mausoléu alusivo a Salazar era uma interpretação abusiva. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas dizendo se queriam um centro interpretativo do Estado Novo, já tinham um, podiam ir ao Forte de Peniche e explicou que aquela moção que a CDU apresentava, era decalcada de uma moção aprovada na Assembleia Municipal de Coruche e apresentada pelo Partido Socialista. Disse que era evidente que o Presidente da Câmara de Santa Comba Dão tinha total liberdade para criar aquilo que quisesse, tal como tinha dado a uma praça da vila o nome de Praça Salazar, no dia 25 de Abril, mas todas as pessoas que quisessem, podiam ler e estudar sobre o Salazar e por isso, tinha o direito a se indignar com tal intenção, tal como os socialistas em Coruche e na Assembleia da República, que estavam contra aquilo por ser uma vergonha. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito, na mesma linha do seu camarada de bancada, também invocou a necessidade de se fazer a interpretação de parte importante da história do país e disse também que já tinha conhecido muitos mausolés, de esquerda e de direita, mas admitia que pudesse haver algum risco disso ocorrer em Santa Comba, mas votaria contra por causa da maneira como estava redigida a moção. Relativamente ao voto de pesar a José Mário Branco, para além da alteração sugerida, acrescentaria uma outra sugestão no parágrafo que dizia “*Homem coerente de preocupação constante do ponto de vista sócio político, como referia na canção “Afinal o mundo continua a ser só inquietação”, em vez de “referia” devia ser dito “referiu”.* -----

--- Relativamente ao Museu Salazar, a senhora Deputada Municipal Filomena Rúbio e os senhores Deputados Municipais Abel Pedro e Rodolfo Colhe, afirmaram partilhar do mesmo entendimento dos seus camaradas de bancada.

--- O senhor Presidente da Assembleia interveio para questionar se alguém ainda tinha dúvidas, que o objetivo em Santa Comba era criar-se um Museu Salazar. -----

--- Numa segunda ronda, o senhor Deputado Municipal Júlio Pratas reforçou alguns pontos de vista que já tinha enunciado, tal como o fez o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que acrescentou que o facto daquele texto ter tido origem numa Assembleia de maioria socialista, isso não o incomodava, porque se havia um valor que os socialistas muito respeitavam era o da liberdade, acima de qualquer outro. -----

--- A bancada da CDU aceitou as sugestões feitas pela bancada do PS, relativamente ao voto de pesar a José Mário Branco, embora discordasse da necessidade das mesmas. -----

--- **A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por unanimidade o Voto de Pesar a José Mário Branco.** -----

--- **A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por maioria a moção CÂMARA DE SANTA COMBA DÃO – MUSEU SALAZAR, com 8 votos a favor da CDU, 6 abstenções e 1 voto contra do PS. O senhor Deputado Municipal do MUDA não participou da votação.** -----

--- Foi apresentada declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe: *“Jamais poderemos homenagear um ditador, no entanto, repudiar um projeto de uma outra autarquia que não se conhece, é no mínimo perigoso. A história não deve ser apagada, e nunca nos devemos esquecer do mal que fez a Portugal e aos Portugueses... Foi um monstro e assim deve ser conhecido, no entanto esquecê-lo, não será esse o caminho”.* -----

--- **A Assembleia Municipal de Alpiarça aprovou por unanimidade e aclamação o Voto de Pesar sobre o FALECIMENTO DE ANTÓNIO CHAMUSCA FAUSTINO.** -----

--- No segundo período do público não houve intervenções. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Secretário João Osório para ler a minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade, com exceção do voto do senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa Céu, que se tinha entretanto ausentado da reunião. -----

--- A sessão foi encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça eram 1h44m. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro _____

--- 2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

--- Secretário João Pedro Osório _____

--- Alpiarça, 20 de Dezembro de 2019. -----